

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL****RECOMENDAÇÃO PRE/MS Nº 002, DE 29 DE JULHO DE 2022**

Recomenda aos Partidos Políticos a adoção de medidas para o cumprimento das normas relativas à candidatura de cidadãos(ãs) negros(as) e não negros(as).

A PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL em Mato Grosso do Sul, por intermédio do seu Procurador Regional Eleitoral, no exercício de suas atribuições conferidas pelos artigos 127 e 129, IX, da Constituição da República, pelos artigos 6º, XX, 72 e 77, da Lei Complementar n. 75/1993, 24, VI, c/c artigo 27, § 3º, ambos do Código Eleitoral, resolve expedir a presente RECOMENDAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, com a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais necessárias ao exercício de suas funções constitucionais;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal alçou a dignidade da pessoa humana e a cidadania como fundamentos da República Federativa do Brasil, tendo como um dos seus objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial estabelece, em seu art. II, item 2, o dever de o Estado promover, "[...] se as circunstâncias o exigirem, nos campos social, econômico, cultural e outros, as medidas especiais e concretas para assegurar como convier o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos do homem e das liberdades fundamentais";

CONSIDERANDO que, em conformidade com tal dever, prevê a referida Convenção que o Estado deve garantir o direito à igualdade, sobretudo no gozo dos "direitos políticos, principalmente direito de participar às eleições - de votar e ser votado - conforme o sistema de sufrágio universal e igual,

direito de tomar parte no Governo, assim como na direção dos assuntos públicos, em qualquer grau e o direito de acesso, em igualdade de condições, às funções públicas" (artigo V, alínea "c"); CONSIDERANDO que a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância - incorporada no Brasil com status de norma constitucional - prevê, em seu artigo 9º, que compete ao Estado garantir que seu sistema político reflita adequadamente a diversidade de sua sociedade, "a fim de atender às necessidades legítimas de todos os setores da população";

CONSIDERANDO que, nas eleições gerais do ano de 2018, embora 47,6% dos candidatos que concorreram ao pleito fossem negros, estes representaram apenas 27,9% dos eleitos [1] ;

CONSIDERANDO que, em conformidade com tal dever, prevê a referida Convenção que o Estado deve garantir o direito à igualdade, sobretudo no gozo dos "direitos políticos, principalmente direito de participar às eleições - de votar e ser votado - conforme o sistema de sufrágio universal e igual, direito de tomar parte no Governo, assim como na direção dos assuntos públicos, em qualquer grau e o direito de acesso, em igualdade de condições, às funções públicas" (artigo V, alínea "c");

CONSIDERANDO que a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância - incorporada no Brasil com status de norma constitucional - prevê, em seu artigo 9º, que compete ao Estado garantir que seu sistema político reflita adequadamente a diversidade de sua sociedade, "a fim de atender às necessidades legítimas de todos os setores da população";

CONSIDERANDO que, nas eleições gerais do ano de 2018, embora 47,6% dos candidatos que concorreram ao pleito fossem negros, estes representaram apenas 27,9% dos eleitos [1] ;

CONSIDERANDO que, diante desse cenário, embora não exista uma cota para candidaturas de cidadãos pretos e pardos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da Consulta nº 060030647/DF e da ADPF nº 738/DF, respectivamente, determinaram que os recursos públicos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), bem como o tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, devem ser distribuídos de forma proporcional à quantidade de candidatos negros;

CONSIDERANDO que, por disposição constitucional, os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do Fundo Partidário e do FEFC (EC nº 111/2021, art. 2º);

CONSIDERANDO que a Resolução TSE n. 23.610/2019, que dispõe sobre a propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha, estabelece, em seu art. 77, § 1º, inc. II e III, que a distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão para as candidaturas proporcionais deve manter destinação proporcional ao percentual de candidaturas de mulheres negras e não negras e de homens negros e não negros, calculados com base no total de pedidos de registro apresentados pelo partido ou federação na circunscrição (incluído pela Resolução TSE n. 23.671/2021);

RECOMENDAR aos Órgãos de Direção Estadual dos Partidos Políticos do Estado do Mato Grosso do Sul que

- a) Orientem os(as) seus(suas) filiados(as) para que preencham adequadamente os dados constantes do Formulário de Registro de Candidatura, com especial atenção à autodeclaração de raça e cor, e para que confirmem os dados constantes do registro realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, retificando eventuais informações equivocadas;
- b) Orientem os(as) seus(suas) filiados(as) sobre a importância da exatidão dos dados constantes do Formulário de Registro de Candidatura, com destaque para a autodeclaração racial, ressaltando as possíveis consequências jurídicas de eventual constatação de fraude no seu preenchimento;

c) Adotem as demais medidas necessárias à correta inserção dos dados relativos à raça e cor dos (as) pré-candidatos(as), sobretudo aqueles(as) escolhidos(as) para a disputa de cargos proporcionais; e

d) Promovam, durante as demais fases do processo eleitoral, a integral observância das normas mencionadas neste documento, atentando-se à distribuição proporcional ao percentual de candidaturas de mulheres negras e não negras e de homens negros e não negros, dos recursos públicos do Fundo Partidário e do FEFC, bem como do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, sob pena de adoção, incontinenti, de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Dê-se ampla divulgação à presente, inclusive nos meios de imprensa, com publicação, ainda, no Diário Eletrônico do Ministério Público Federal.

Sem prejuízo, publique-se no Diário de Justiça do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (DJE-TRE/MS).

Por fim, em atenção ao Ofício Circular n° 34/2022-PGGB/PGE [2], comuniquese a douta Procuradoria-Geral Eleitoral da expedição da presente Recomendação.

Campo Grande/MS, 29 de julho de 2022.

PEDRO GABRIEL SIQUEIRA GONÇALVES

Procurador Regional Eleitoral

Notas 1. ^ BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. Consulta n° 060030647/DF. Acórdão. Consulente: Benedita Souza da Silva Sampaio. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Data de Julgamento: 25 /08/2020. Data de Publicação: 05/10/2020. Página 2. Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/jurisprudencia/decisoes>>. Acesso em: 29 jul. 2022. 2. ^ Documento cadastrado sob a etiqueta PGR-00294310/2022.

